

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2022, às 18 horas e 15 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André, do Diretor Administrativo-Financeiro para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas nos dias 01 e 13/12/2021;
- 2) Deliberação sobre a aprovação do Plano de Ação e Auditoria Interna para o Exercício de 2022, conforme apresentação realizada na reunião ordinária do dia 13/12/2021;
- 3) Informações para ratificação da renovação do seguro predial, em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
- 4) Discussão e deliberação sobre a possibilidade de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário aos segurados que recebem pelo Pauliprev, em conformidade com o previsto nos artigos 43, parágrafo 2º e 53, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 18/2001;
- 5) Assuntos diversos

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas nos dias 01 e 13/12/2021 – Sandra diz que as atas foram enviadas anteriormente para leitura prévia. Coloca em deliberação e ambas são aprovadas com unanimidade pelos conselheiros presentes. Sandra diz que o conselheiro Idu está ausente pois já havia avisado que precisaria se atrasar na reunião de hoje.

Item 02. Deliberação sobre a aprovação do Plano de Ação e Auditoria Interna para o Exercício de 2022, conforme apresentação realizada na reunião ordinária do dia 13/12/2021 – Sandra diz que a apresentação foi realizada no dia 13/12/2021. Pergunta se algum conselheiro tem alguma dúvida ou quer fazer alguma pergunta ao André. Conselheiros sinalizam que não. A palavra é passada ao André que relembra que fizeram a apresentação em 13/12 e, posteriormente a apresentação, encaminharam o material aos conselheiros. Diz que o Pauliprev já está sem o Contador e sem o Controlador Interno que já se desligaram da Autarquia. Diz que o plano de ação é conservador e factível e, posteriormente às eleições, poderá ser rediscutido e readequado se necessário. Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado com unanimidade.

Item 03. Informações para ratificação da renovação do seguro predial, em conformidade com os documentos encaminhados previamente – Sandra diz que o André enviou as médias de preços e orçamentos. André diz que o seguro predial é renovado ao final de cada ano com vigência a partir do ano seguinte, no mês de janeiro. Diz que sempre possuem a dificuldade de coletarem diversos orçamentos porque a maioria das seguradoras ou não seguram a coisa pública, por conta de todas as anuências, mas, principalmente, porque, no nosso caso, temos a necessidade de que os equipamentos de informática sejam assegurados também. Diz que receberam o retorno de 4 companhias e duas delas, a Liberty Seguros e a Tokio Marine, declinaram do convite. A Allianz, que já possuímos o contrato anterior, respondeu o valor de R\$ 3.049,58 e a Porto Seguro que na cotação anterior declinou, mas dessa vez apresentou o valor de R\$ 3.848,10. A vencedora foi a Allianz para a vigência de janeiro a dezembro de 2022. Diz que, embora esse valor esteja dentro da cota do valor definido mensalmente, por se tratar de contratação, sempre traz para publicizar. Não só pro conselho ratificar, mas para dar publicidade nas atas e nas reuniões gravadas, ainda que sejam despesas de pequena monta. Sandra pergunta ao André se a corretora de seguros continua a mesma. André diz que sim, é a mesma. Diz que já tentaram fazer cotações diretas, mas não conseguiram, os corretores têm um trânsito melhor com as seguradoras. Sandra diz que, há um tempo atrás, quando houve a primeira deliberação de contratação de seguro predial, a seguradora era de um dos conselheiros indicados, por esse motivo perguntou se a corretora permanece a mesma. André diz que, se dependesse dele, contrataria direto e teriam outros corretores participantes, mas trabalham com aqueles que os respondem. Deixa claro que não tem mais nada a ver nem com os atuais conselheiros e nem nunca teve com o atual conselho em nenhum momento. Sandra coloca o item em deliberação e conselheiros aprovam item com unanimidade.

Item 04. Discussão e deliberação sobre a possibilidade de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário aos segurados que recebem pelo Pauliprev, em conformidade com o previsto nos artigos 43, parágrafo 2º e 53, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 18/2001 – Sandra diz que todo o ano os segurados fazem a solicitação ao Instituto para a antecipação, tendo em vista o início do ano ser pesado financeiramente para todos. Sandra passa a palavra ao André. Diz que os artigos 43 e 53 da Lei Complementar Municipal nº 18/2001 traz isso como prerrogativa de deliberação do conselho de administração e por isso sempre tratam de forma transparente. Diz que a Autarquia sempre teve por cultura antecipar o pagamento da primeira parcela do 13º salário, acompanhando a Prefeitura que também pagava. Quando a Prefeitura deixou de antecipar, o Pauliprev deu continuidade e isso vem sendo feito ao longo dos anos rotineiramente sem qualquer problema. Na fiscalização do Tribunal de Contas do ano passado, referente as contas de 2020, o Pauliprev teve um apontamento sobre essa antecipação da despesa referente ao 13º por conta de ser um valor que poderia ser aplicado, rentabilizado e pago na data base do 13º, no mês de dezembro. André diz ser um fato novo e relevante já devidamente justificado. Diz que a análise



do Tribunal de Contas é uma análise fria sem observar a relevância e o caráter da Autarquia, que não se trata de um banco, embora tenhamos que ter rentabilidade e equilíbrio financeiro, econômico e atuarial para o equilíbrio de nossas despesas. Mas temos também um caráter de relevância social e de respeito aos segurados. Lembra a necessidade da antecipação do 13º aos segurados com relação a pandemia, o aumento do custo de vida e os processos de aposentadorias que sofreram glosas e seus reflexos. Diz que possuem duas questões básicas: analisar o caráter e a relevância da antecipação aos segurados e, em contraponto, analisar a nova observação feita pelo Tribunal de Contas em relação a rentabilidade hipotética desse valor se não for antecipado. André lembra que esses valores são tratados dentro das despesas de caráter operacional, valores aplicados em fundos CDI's, ou seja, não estão descapitalizando a Autarquia resgatando valores aplicados. O que significa que a perda de uma possível rentabilidade é pequena. Diz que não é só antecipar o valor deixando de rentabilizar 1% ao mês para promover o pagamento das contas pelos segurados, é toda uma discussão mais ampla, mais complexa e que tem que balizar a tomada de decisão. A nível de perspectiva, diz que até o final do dia de hoje, tivemos 268 pedidos de antecipação, cerca de 30% a mais que no mesmo período no ano passado. A previsão é de uma despesa de R\$ 1,1 mi se fossemos atender esses 268 pedidos. Acha inviável, pois é preciso fecharem, primeiro, as contas do mês de janeiro e ainda estamos no dia 12. Caso a tendência seja para a aprovação, pede que conselheiros analisem continuarem fixando a possibilidade da antecipação ao resultado financeiro positivo do Pauliprev. Que façam um cronograma, respeitando a ordem cronológica dos pedidos e, paulatinamente, a cada mês, vão fazendo as antecipações dentro de um valor máximo fixado. Entende que, em caso de aprovação: manutenção de que essa aprovação e pagamentos só sejam possíveis em caso de fluxo de caixa positivo com fixação de um percentual máximo de acordo com esse fluxo de caixa. Assim o Pauliprev não descapitaliza e demonstra responsabilidade financeira e, gradativamente, vão atendendo todos esses pedidos em ordem cronológica. Colocase à disposição para qualquer dúvida. Sandra pergunta ao André quais são os argumentos legais que o conselho teria de justificativa para o Tribunal de Contas. Diz entender as necessidades dos segurados, mas não pode deixar de ter a sua responsabilidade como conselheira e ter segurança para saber o que o conselho dirá ao Tribunal de Contas. Pergunta quais seriam as implicações disso para o Instituto e de que maneira os conselheiros farão essa defesa. Sandra diz que, pensando de março a novembro, sobre R\$ 1 mi, não vê que a rentabilidade é tão pequena assim. Chama a atenção dos segurados porque não é uma má vontade, os conselheiros precisam pensar muito bem nisso. A palavra é passada ao Idu, diz que também acha que o Instituto faz investimento em pessoas. Esse dinheiro volta para o mercado financeiro, ele movimenta as vendas do município, como o André disse. Entende que não deveriam limitar isso a valor e pessoas. Acha que todos que entrasse com o pedido, deveriam ser atendidos. Libera-se para todo mundo ou para ninguém. Diz que votará na aprovação do adiantamento do 13º. Sandra diz ao Idu que também acha que o bem estar das pessoas vale muito a pena, só está chamando a atenção para uma análise mais profunda. Elite diz que gostaria de ter acesso a esse apontamento do Tribunal de Contas, a preocupa e também gostaria de saber o que o André pensou nesse sentido, que consequências podem ter, as implicações que ele avaliou sobre isso. Diz saber da dificuldade que muitos estão enfrentando, como a de plano de saúde e medicações. Como representante dos inativos, diz que também vota favoravelmente. A palavra é passada à Nara, diz ser a favor da antecipação, sempre a fizeram com muita coerência. A novidade foi o apontamento do Tribunal de Contas, é importante, mas, também, foi muito bem pontuado na fala do André de pensarem no servidor e no que ele está vivenciando nesse momento. Diz que pensando de maneira administrativa, tudo o que foi possível para resgatar, de melhoria, foi feito, foi construído. Diz que parece que os apontamentos ao Pauliprev parecem serem mais negativos do que positivos. Da rentabilidade, acha ser algo a se pensar, mas não



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like Sandra, Idu, Nara, and Elite.

acredita ser algo que irá melhorar tanto a conta do Pauliprev. Acredita que a rentabilidade não chegaria nem a 1% ao mês, diante do cenário econômico. Sandra diz que em momento nenhum diz ser contrária, apesar de não votar. Se diz ser favorável a antecipação do 13º; não concorda com o Idu que deva ser pago de uma vez só por não haver fluxo de caixa no Instituto para isso. Super concorda com o atendimento dos pedidos por ordem cronológica, como sempre foi feito. Não é contrária, somente quer tirar as dúvidas com o André a respeito do Tribunal de Contas, apenas levantou as hipóteses necessárias para se pensar. Concorda com a colocação da Eliete, houve aumento de despesas para os segurados. Diz que faz parte de seu papel, enquanto membro do Conselho Administrativo, sanar todas as dúvidas, tomar ciência das questões e analisar, sim, todas as hipóteses e possibilidades. Discorda de dizer que perder uma rentabilidade por menor que seja é um detalhe, mas acha que o Idu tem razão quando diz que o investimento no bem estar e no socorro do segurado do Pauliprev é muito mais importante do que valores. Deixa claro, pois, talvez, não tenha se expressado de forma clara. André lê o apontamento feito pela regional de Campinas do Tribunal de Contas, diz ser um apontamento simples e isso pode ter uma conotação maior ou menor de acordo com a interpretação de quem vai ler lá em São Paulo. Diz que hoje, as aplicações em banco, mensalmente, o valor aplicado geraria cerca de R\$ 7 a 9 mil reais por mês. Entende que na análise da regional de Campinas, o assunto foi trazido, não foi debatido e simplesmente houve aprovação. Não sendo isso o que aconteceu. E, por isso, estão tratando agora para dar mais discussão, para demonstrar que houve uma decisão consciente independente de qual seja. Na questão da responsabilização, André diz permanecer com dúvidas. Lembra que em dezembro apresentou justificativas pedidas pelo Tribunal de Contas a respeito do balanço geral de 2013 da Autarquia. Dos anos de 2014 a 2020 ainda não temos uma sentença definitiva. Diz que tivemos uma série de apontamentos que ainda não foram sentenciadas. Diz que na gestão desse conselho e dessa administração, não possuem se quer a sentença de 2019 ainda, então falar de uma eventual responsabilização é prematuro. Diz que podem analisar e presumir o que pode ocorrer baseado no que possuem de conhecimento de outros balanços, de outros RPPS's inclusive. Diz que, na sua opinião, em caso da não aceitação dessas e das demais justificativas que possuem, acha que o caminho natural seria, em uma eventual reprovação de contas, a sua responsabilização e imputação de multas, o questionamento aos conselheiros, quaisquer que sejam, e o encaminhamento dessa decisão ao MP estadual que vai estudar as ações que vão tomar a respeito. Lembra ser um apontamento de uma análise preliminar de um agente de fiscalização da unidade regional de Campinas, podendo ser que um novo agente de fiscalização não tenha a mesma interpretação. André diz que a nossa lei faculta a antecipação sem uma regulamentação adicional, ela faculta a autorização, a deliberação e pagamento. Acredita que terão o resultado desse apontamento daqui dois ou três anos, pois se quer possuem a sentença referente ao ano de 2019. Diz ao Idu que sem o fluxo de caixa positivo, se tirarem recursos aplicados, estarão onerando demasiadamente o Instituto sem justificativa. Por isso diz que precisam trabalhar com fluxo de caixa positivo, respeitando a ordem cronológica e liberando o máximo possível sempre deixando um fundo de reserva já que a gente trata de previsões mensais. A palavra é passada ao Fábio, sobre o fluxo de caixa, diz ser uma conta de zeragem, é para uso comum. Se está na lei, deveria ter sido apontada a lei e não o meio. André diz que sobre a conta de zeragem que o Fábio citou, é a conta que é deixado o dinheiro para fazer frente as despesas. Comenta como uma interpretação pode ser particular a cada agente de fiscalização. Diz que trazer o enriquecimento de detalhes é importante para que quem vier a assistir veja que há um debate sobre as questões; as decisões são coerentes, consistentes e embasadas, o que não significa que, na ótica da fiscalização, irão concordar, mas não quer dizer os recursos da Autarquia são tratados com desídia, desrespeito ou com falta de responsabilidade. Diz ficar tranquilo com isso, mesmo sabendo que lá na frente, daqui 3, 4 ou 5



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature with a circle around it, and several initials (PMS, Fábio, Idar) below.

anos, ser penalizado por ter feito algo que tem relevância aos segurados que foge da área de abrangência do Tribunal de Contas. Toda a responsabilidade com a Autarquia pressupõe a responsabilidade com os segurados. Como a Sandra disse, tratam os investimentos de grandes valores da mesma forma com a responsabilidade que tratam as pequenas despesas. Lembra que temos um patrimônio financeiro-econômico e um patrimônio pessoal, individual, que são os segurados. A palavra é passada ao Erick, diz que entendeu que todos os segurados que solicitarem a antecipação, pela fala do André, serão atendidos. Só não serão atendidos no mesmo mês porque vão vincular isso ao fluxo de caixa, obviamente, com toda a responsabilidade necessária. O que o Idu havia comentado deu a impressão de que só uma parte das pessoas que pedirem serão atendidas, quando todos serão atendidos só não no mesmo mês. André diz que é isso mesmo, havendo a aprovação, a tendência é que todos sejam atendidos por ordem cronologia de solicitação, de acordo com o fluxo de caixa, mas não todos no mesmo mês. A previsão de início de pagamentos, havendo a aprovação, é no mês de fevereiro. Erick pergunta se os conselheiros irão debater o percentual destinado à antecipação ou será sugerido pelo André. André diz que é difícil estimar, mas acha que poderiam fixar um percentual ou um montante e exemplifica. Diz que podem começar a pensar, como Autarquia, tanto para conselho quanto para gestão executiva, e uma das alternativas para o futuro é criar uma taxa de desconto. Para os que antecipassem a primeira parcela, a cada mês tivessem uma taxa de desconto. Algo que precisam detalhar, discutir melhor, analisar a viabilidade, avaliar o impacto disso para o segurado. Porque demonstrará que estão tratando da questão com toda responsabilidade social e econômica sobre a gestão. Lembra que há algo que o Tribunal de Contas, acha, passa despercebido é que os conselheiros são todos servidores, em sua maioria representante eleito dos segurados, que estão aqui para cuidar do Pauliprev como um todo, não só para ficar pensando na gestão de investimento, assim como a Diretora Executiva é ocupada por servidor de carreira eleito pelos seus pares. É ter o equilíbrio, não só financeiro e atuarial, mas ter o equilíbrio na gestão da Autarquia. Diz que é isso que precisam, cada vez mais, alicerçar no Pauliprev para que lá na frente consigam comprovar para o Tribunal de Contas a responsabilidade sobre a gestão e, mais que isso, a mudança da imagem sobre a gestão do RPPS do município. Eliete diz que lembra que a antecipação sempre foi algo em torno de R\$ 800 mil. Pergunta se os apontamentos foram votados apenas para os adiantamentos aos inativos porque sempre o Pauliprev pagou também aos servidores do Instituto. Diz que em todos os anos foi pago no mês de janeiro, pergunta se seria uma proposta de alteração o pagamento ocorrer em fevereiro. André diz que o apontamento fala da antecipação genericamente, não segregando o inativo do ativo. Diz que a prioridade sempre será do inativo. O ativo só se houver margem. A proposta de alteração para o mês subsequente é para demonstrar que não estão autorizando no mês inicial sem que tenham uma perspectiva. Diz que a intenção é, fechando a realidade dos recursos de janeiro, ainda na primeira quinzena de fevereiro fazer as antecipações numa forma de folha complementar. Deixa claro que é uma excepcionalidade do Pauliprev, a municipalidade não tem autorizado a antecipação, embora seja possível o requerimento. Nara diz que sobre o percentual, para não engessarem, pensa que poderiam pensar numa margem de 5% pra cima e 5% pra baixo do estipulado, deixa-lo flexível para ajustes necessários e não deixar um ou dois servidores de fora se poderiam ser pagos dentro de determinado mês e não causar nenhum prejuízo ao segurado. André diz à Nara que já trabalham com essa margem. Sandra coloca o item e deliberação e é aprovado com unanimidade pelos conselheiros.

Item 05. Assuntos diversos – Sandra diz que a conselheira Eliete solicitou informações do André sobre o curso de CPA-10 e sobre as eleições. André diz que a respeito do curso de CPA-10, as inscrições se encerram na próxima sexta e, a partir disso, começarão a tratar sobre a realização



efetiva do curso. Diz que até o dia de hoje tiveram a inscrição de 44 pessoas. Diz que o professor, Ronaldo, está acometido por COVID-19 e após liberação médica voltam para a etapa da efetivação do curso. Aos conselheiros permanece o prazo de 6 meses para obterem a certificação, apenas para a Diretoria de Presidência, no momento da posse, deverá já contar com a certificação. Diz que a legislação, hoje, determina a certificação do CPA-10. No projeto de lei que já está na Câmara, para adequação do Jeton e demais alterações, há a obrigatoriedade do CPA-10 ou uma nova certificação definida por legislação federal. Diz que recentemente saiu uma portaria da Secretaria de Previdência cadastrando a empresa Totum, certificadora do Pró Gestão, a partir de abril, poder certificar. Hoje, precisam se adequar ao CPA-10, mas o curso preparará também para eventuais certificações. Eliete pergunta quando é o ideal fazer a certificação. Se agora, no momento da eleição ou dentro dos 6 meses. Diz que talvez não seja ideal fazer a certificação logo de cara, pois talvez vença. André diz que a validade da certificação da ANBIMA é de 3 anos, não será uma certificação perdida. Se a pessoa concorrerá ao conselho, terá a possibilidade dos 6 meses. André diz que existirão níveis diferentes de certificações, de acordo com o que a pessoa irá ocupar e níveis de exigência para a ocupação daquilo e exemplifica. Acha difícil dizer o que a pessoa deve fazer. Diz que, se fosse ele, se candidatando ao conselho, faria o curso, aguardaria e, eleito ou não eleito, suplente ou titular, aí tomaria a decisão de qual certificação fazer porque, a partir de abril, podem ter mais informações e outras entidades certificadoras. Eliete diz que também acha ser esse o ideal. Pergunta qual é a previsão de ocorrer o curso. André diz que gostaria que ocorresse, no máximo, entre a segunda quinzena de fevereiro e primeira quinzena de março. Diz que pediu ao professor para dar um curso mais atualizado do que o que tiveram no passado, com uma abrangência melhor, fixando a questão da certificação baseada na lei 13.846, preparando para o CPA-10 da ANBIMA, mas também deixando aberto para novas certificações. André diz que permanece à disposição de qualquer servidor que será candidato a qualquer cargo para estar indo até o Instituto para estarem conversando, explicando, orientando e mostrando o que é o RPPS. Sobre as eleições, a perspectiva é que ocorram no mês de abril, os mandatos terminam em abril e até o final de maio precisam dar posse aos novos conselheiros e à nova direção. Diz que nesta semana já oficiou a Câmara e a Prefeitura para indicarem seus representantes e o Sindicato para indicar o seu e fazer a Assembleia pra escolher o representante dos servidores ativos e dos inativos. Diz que as últimas eleições foram realizadas em cerca de 2 meses. Diz já estar tratando das estruturas internas e precisa que os entes indiquem os seus representantes para que, por portaria, nomeie a comissão. Criará um grupo de apoio à Comissão Interna para que não tenham percalços na realização do pleito. Diz haver duas questões, acredita que o pleito presencial seria o mais adequado em situações normais. Um pleito virtual proporciona que pessoas que não possuem qualquer interesse apenas por pedido faça a votação. Diz que não podem fazer uma eleição, como foi feita a suplementar, para o preenchimento de apenas uma vaga, numa plataforma simples. Haverá muitas vagas a serem preenchidas e, hoje, existe a vigência da lei geral de processamento de dados. É necessário haver uma plataforma, certificada, auditável e isso tem custo. Diz que a sua preferência é o presencial, mas possuem a possibilidade do virtual. Estima-se cerca de 3 mil votantes, assim o custo total do pleito presencial seria em torno de R\$ 8 mil. O custo seria mais ou menos equivalente se a eleição for virtual. André diz que, considerando o número máximo de segurados votando, algo em torno de 5 mil votos e, considerando que o pagamento é proporcional ao número de votantes, a previsão é de uma perspectiva de contratação que beire os R\$ 15 mil. Diz que já estão trabalhando com a perspectiva de custo, de forma, de estrutura, já aguardando as indicações para montar a comissão para que a comissão comece a discutir e deliberar sobre isso. Sandra diz que em virtude da atual situação sanitária do país, além do mais a do município, tem a perspectiva super negativa em relação as eleições presenciais. Diz que estamos no início de uma



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, a signature that looks like 'Duce', and several other initials and signatures below it.

explosão de novos casos de COVID-19, de síndrome gripal e as eleições acontecem, justamente, num período em que uma nova cepa da influenza se instala, nos meses de março e abril. Acha que o ideal é a eleição presencial, porém é inviável. Com o advento do cancelamento do carnaval, acredita que iremos voltar a ter o controle dessa explosão de casos. Sugere, caso necessário, o agendamento para votação presencial para evitar a aglomeração e realizar a eleição num local mais amplo. Diz serem projeções, terão que esperar como estará a questão da pandemia no município, no estado, no mundo. Eliete diz que, considerando se for realizado de forma virtual, há todo um preparo prévio. Pergunta se há tempo hábil para isso. Diz estar pensando nos inativos se for presencial. André diz que as ponderações da Sandra são importantes e tem as mesmas dúvidas. Diz ser uma excelente sugestão, mas pensando nos percalços que o Pauliprev já teve, se preocupa de algumas pessoas dizerem que estão restringindo a participação de quem queira voluntariamente participar ou votar. Diz que procura não trazer muitas coisas assertivas, haverá uma comissão com representantes de vários lugares. Diz que há pessoas que sempre os acusam de direcionar a coisa de uma forma ou de outra por mais isentos que sejam; todos os veem hoje como pré-candidatos a se perpetuarem no Pauliprev, sem avaliar a gestão e se possuem ou não a capacidade de estarem onde estão, por isso ele tem que ter essa preocupação. São decisões que serão da comissão com todo o apoio da gestão e desse grupo de trabalho. Diz que pensando na possibilidade de ser presencial ou ser virtual, a presencial o agrada mais, mas o traz preocupação. Hoje, a sua opinião seria de forma virtual. Espera que estejamos melhor daqui a 2 ou 3 meses, mas não acredita. Acha que há a tendência da virtualização da eleição. Diz à Eliete que tomando essa decisão em fevereiro, terão tempo hábil sim para fazer a licitação e a estruturação para a votação do segurado. Diz que por conta dessas especificidades da pandemia conjunta a realização das eleições e para que se evite atrasos desnecessários, quer criar e publicar um grupo de apoio para a realização das eleições com servidores interno do Pauliprev. É uma responsabilidade que gostaria de, também, incutir na cabeça dos servidores.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

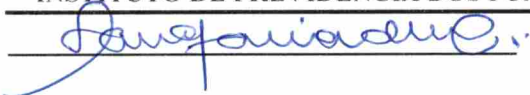
Término às 19:56h.

Paulínia, 12 de janeiro de 2022.

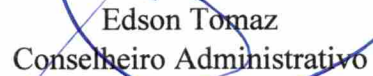


Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, followed by several smaller initials and signatures, and a large 'C' at the bottom.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA



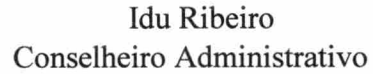
Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



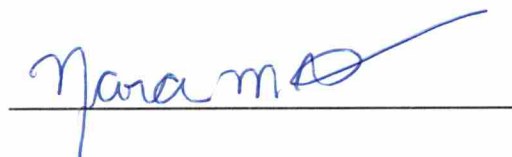
Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



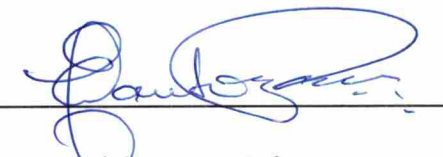
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



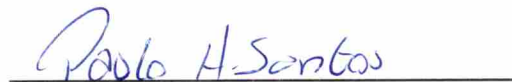
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



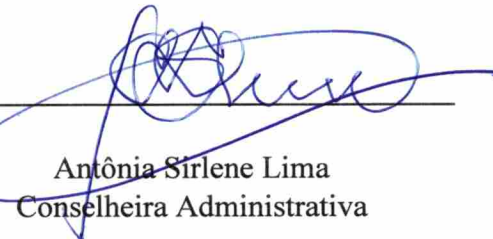
Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

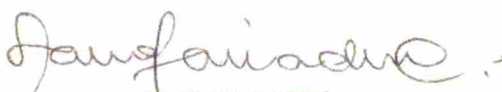
PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 12/01/2022 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas nos dias 01 e 13/12/2021;
- 2) Deliberação sobre a aprovação do Plano de Ação e Auditoria Interna para o Exercício de 2022, conforme apresentação realizada na reunião ordinária do dia 13/12/2021;
- 3) Informações para ratificação da renovação do seguro predial, em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
- 4) Discussão e deliberação sobre a possibilidade de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário aos segurados que recebem pelo Pauliprev, em conformidade com o previsto nos artigos 43, parágrafo 2º e 53, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 18/2001;
- 5) Assuntos diversos

Paulínia, 10 de janeiro de 2022.


SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo